

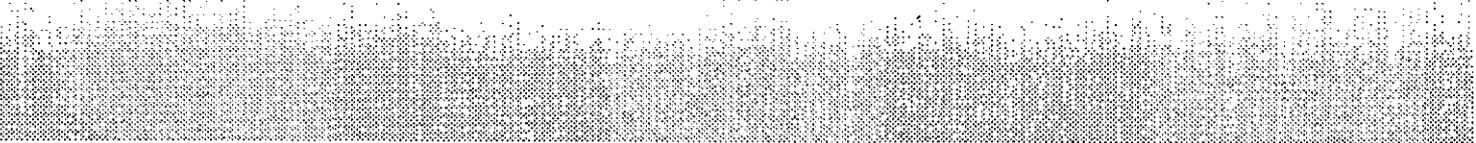
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

90
24

**O DOMÍNIO HOLANDÊS NO NORDESTE DO BRASIL
(1624 - 1654)**

SAIONARA BARBOSA DE BRITO
ORIENTADORA: **MARLENE DA SILVA MARIZ**

NATAL/RN
1994

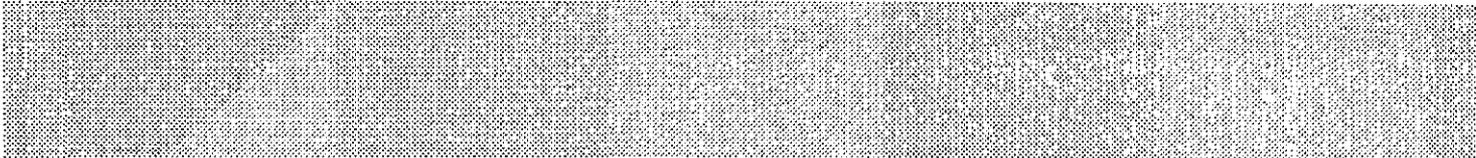


SAIONARA BARBOSA DE BRITO

**O DOMÍNIO HOLANDÊS NO NORDESTE DO BRASIL
(1624 - 1654)**

MONOGRAFIA APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA
UFRN, PARA A OBTENÇÃO DO GRAU
DE BACHARELADO EM HISTÓRIA.

NATAL/RN
1994



DEDICATÓRIA

A minha família

A G R A D E C I M E N T O S

A Deus, pela concretização de mais uma vitória.

A Maurício, pelo grande incentivo que muito me ajudou na realização desta monografia.

As professoras Marlene e Aurinete, pelas sugestões e contribuições dadas no decorrer da elaboração do mesmo.

A todos os amigos que confiaram em mim.

Muito Obrigada.

S U M Á R I O

RESUMO.....	06
OBJETIVO.....	07
INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I.....	10
A EXPANSÃO ULTRAMARINA E AS TERRAS PORTUGUESAS NA AMÉRICA.....	11
1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	11
1.1 A Expansão Comercial Portuguesa.....	12
1.2 O Descobrimento do Brasil.....	16
1.3 Fixação do Domínio Português.....	17
CAPÍTULO II.....	18
2 - REAÇÃO AOS DOMÍNIOS IBÉRICOS:PORTUGUESES E ESPANHÓIS NO CONTINENTE AMERICANO.....	20
2.1 Crise de Sucessão e União das Coroas Ibéricas.....	20
2.2 O Domínio Espanhol e as Invasões Holandesas.....	21
CAPÍTULO III.....	24
3 - OS HOLANDESES NO NORDESTE.....	25
3.1 Os Holandeses na Bahia.....	26
3.2 Os Holandeses em Pernambuco.....	27
3.3 A Expulsão dos Holandeses de Pernambuco.....	34

CAPÍTULO IV.....	36
4 - OS HOLANDESES NO RIO GRANDE.....	37
4.1 Os Holandeses e os 1 ^{os} contatos com as terras do RN.....	37
4.2 A Organização Política da Capitania do RN.....	38
4.3 As Consequências do Domínio e a Expulsão dos Holandeses do RN.....	39
CONCLUSÃO	43
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

R E S U M O

Detem este estudo na focalização do Domínio Ho-
landês no Nordeste do Brasil, consequentemente do RN que
na época, devido sua privilegiada situação geográfica, o-
fereceu aos holandeses a possibilidade de conquistar o
restante do Nordeste.

As devidas atenções foram dadas principalmente
as Capitâneas do Rio Grande e a de Pernambuco, esta por
ter sido a mais importante economicamente na época dos ho-
landeses e aquela por ser ponto estratégico para conquistas,
na qual a sua importância já foi devidamente realça-
da acima.

O B J E T I V O

O presente trabalho tem como objetivo focalizar o Domínio Holandês no Nordeste brasileiro e suas consequências no RN, bem como fazer um estudo comparativo entre a Capitania de Pernambuco e a do Rio Grande.

I N T R O D U Ç Ã O

Este trabalho é uma colaboração à História Regional e ao mesmo tempo surgiu de uma necessidade sentida " por melhores informações à respeito do Domínio Holandês no " Nordeste brasileiro.

Para isto tivemos que delimitar o período compreendido de 1624, época da primeira invasão a Bahia, até 1654, " data da expulsão dos holandeses do território brasileiro, " consequentemente do RN.

Precurou-se, também, ao analisar as causas da Invasão Flamenga no contexto nordestino, entender a participação de Rio Grande do Norte no mesmo; desde o instante em que se deu o fechamento dos portos ibéricos à Holanda, por Filipe II da Espanha, em 1580, como também a necessidade que houve por parte da Holanda em manter o comércio de açúcar na Europa. ' Verificou-se ainda, o plano da Companhia das Índias Ocidentais que arquitetava o ataque ao Brasil, e por sua vez os sucessivos ataques e a expedição de conquista ao Rio Grande.

A proposta de trabalho foi a de conceder maior destaque a permanência dos flamengos na Capitania de Rio Grande enfocando também o seu processo de desestruturação.

Para melhores definições dos fatos dividimos o trabalho em quatro capítulos cujos temas são os seguintes:

Capítulo I - O Contexto Europeu Ultramarino.

Capítulo II - A Reação aos Domínios Ibéricos.

Capítulo III - Uma Visão do Nordeste Holandês.

CAPÍTULO I

O fato de fenícios e cartagineses já terem circunavegado a África não era do conhecimento dos europeus de então."⁽¹⁾

A grandiosidade do Império Português é fato conhecido por vários historiadores, porém, é interessante notar que essa grandiosidade não se apresentou tão somente com a Descoberta do Brasil uma vez que anteriormente já avançavam os feitos lusos. Todavia, deve-se levar em consideração toda uma experiência de administração ultramarina anterior a 1500. As Ilhas Madeira e as Açores foram divididas em capitânias já no tempo do Infante D. Henrique; privilégios e diversas facilidades foram concedidas aos novos territórios, com o fim de acelerar a colonização. Sistema semelhante foi empregado nas outras ilhas do Atlântico, como Cabo Verde e São Tomé. Na Costa Africana, a exploração comercial foi fonte de maiores interesses, não havendo propriamente intenções de povoamento.⁽²⁾

1.1 - A Expansão Comercial Portuguesa

Inaugurou a política expansionista de D. João I com a expedição a Ceuta; e conseqüentemente iniciou-se a ocupação e o povoamento do Arquipélago da Madeira que além de despertar o interesse português, também incentivou a participação de outros povos europeus no movimento marítimo.

Pouco mais tarde efetivou-se uma expedição às Canárias, sem grande êxito, já mencionada por Petrarca como ilhas penetradas por genoveses e em 1431 se deu o reconhecimento das Ilhas Açores cujo o nome do seu descobridor e da sua data são inexistentes.⁽³⁾

Deze anos duraram para se transpor o Cabo, sugerindo-se atualmente, existirem outros motivos além de eventuais dificuldades náuticas para se demorarem tanto ao contorne do mesmo. A falta de interesses e a descrença na possibilidade de lucro imediato seriam causas que certamente pederiam ter desmotivado o português a transposição do Cabo até que (em 1434) um navegador por nome de Gil Eanes resolveu ultrapassar

o Bojador, marcando nova etapa ao reconhecimento da Costa da África.

Logo em seguida, outros navegadores perseguiram a exploração do litoral africano até Serra Leoa (houve momentos em que pareceram desvanecer-se as esperanças e os esforços completos uma vez que o acesso aquelas áreas eram extremamente difíceis). Desta forma desenvolveu-se uma fase de sucessivas e metódicas experiências, que, ao cabo de pouco mais de meio século abriram caminho para a Índia.

Na verdade, a glória de ter preparado o grande empreendimento das grandes navegações, foi durante muito tempo relacionado com a figura de D. Henrique, quando na realidade a importância dos esforços que ainda em vida de Infante, determinaram ou ampliaram essa obra independente da sua ação, já foi devidamente realçada, sobretudo em Portugal, graças a autores como José de Bragança, Veiga Simões, ambos citados por Sérgio B. de Holanda e alguns mais que tendem todos a ver um movimento antes coletivo do que propriamente pessoal, estimulado pela burguesia mercantil do Reino.⁽⁴⁾

O movimento marítimo teve como ponto de fixação Sagres, no Algarve, onde para lá se dirigiram homens respeitados e experientes na arte da navegação, embora muitos autores contestem a afirmação de que nesse lugar tenha existido uma escola náutica propriamente dita. Entretanto existindo ou não como escola, Sagres teve um papel relativamente importante no desenvolvimento das explorações marítimas.

A grande participação de Portugal no processo marítimo pode ser verificada através de inúmeros feitos dos quais a invenção da Caravela sem dúvida alguma foi de extrema importância para o progresso da marinha; principalmente, se sonado ao aperfeiçoamento do astrolábio e do quadrante, ambos instrumentos usados para a medição da altura.

Acredita-se que a forte ambição nutrida pelos portugueses principalmente a do ouro e de escravos foi o grande móvel que impulsionou os primeiros descobrimentos na Costa Africana. Com a expedição de Antão Gonçalves, iniciou-se em 1441 o tráfico negreiro para o Reino e ainda na mesma viagem procedeu o primeiro euro em pé, ainda que escasso, resgatado naquelas partes. O marfim, cujo comércio se achava até então em mãos de mercadores árabes, foi feito por via do Egito, co

meçaram a transportá-lo os barcos lusitanos, por volta de 1447. " A contar de 1456 inicia-se o comércio da malagueta' (...) uma réplica Ocidental da pimenta indiana".⁽⁵⁾ " Tão es- timada quante os metais preciosos, a pimenta era na Europa' objeto das maiores cobiças." ⁽⁶⁾

Em 1481 em pleno reinado de D. João II encaminhou- se para objetivos mais amplos a atividade ultramarina dos portugueses. Os próprios descobrimentos prosseguiram em ritmo acelerado e Diogo Cão mestrou-se como um grande navegador nos primeiros tempos desse reinado. Ao prosseguir viagem para o sul, atingiu o Cabo Lobo e fixou uma das marcas de sua passagem conhecida como " Padrão de Santo Agostinho"

Quatro anos depois fez-se Diogo Cão novamente ao mar, a realizar sua segunda expedição que certamente o levou às costas da atual Angola. O seu esforço foi continuado por Bartolomeu Dias que, em fins de 1487, ultrapassou o "Padrão de Santo Agostinho", reconheceu a Costa Africana até a Serra dos Reis. " Possivelmente nesta altura defrontou-se com a temperatura que o fez perder terra vista. Não obstante, continuou a navegar rumo ao sul; em busca de terra, tomou em seguida o caminho de Oriente e, depois, o do norte, quando avistou de novo a Costa da África. Centornara, assim, de maneira completamente fortuita, o Cabo das Tormentas (depois da Boa Esperança) e penetrava no Oceano Índico." ⁽⁷⁾

" A 12 de outubro de 1492, o genovês Cristóvão Colombo, navegando a serviço de Castela, encontrara no Ocidente algumas ilhas desconhecidas. Ao seu regresso no ano seguinte, passa por Lisboa e avista-se com o rei de Portugal; dando-lhe novas extraordinárias das regiões recém-descobertas. Os indígenas que vinham em sua companhia lembravam, pelas feições, antes a gente da Índia que os natives da Guiné." ⁽⁸⁾

Vale ressaltar que Colombo antes de renovar suas propostas com a Espanha ofereceu os seus serviços a D. João e pediu navios para ir a uma ilha por nome de Cipango. Sendo o seu pedido logo em seguida recusado, Colombo dirigiu-se a Castela afim de obter o apoio necessário a sua viagem no compromisso de retornar com resultado satisfatório.

" Ao regressar, Colombo proclamou sua suposta descoberta de ilhas circunjacentes à China, os portugueses e seu rei a '' frente, lhe responderam que as terras achadas se locavam '' dentro dos domínios de Avis, quais o papa havia definido".⁹ O problema tornou-se maior devido as bulas do papa Alexandre VI que concediam direitos a Espanha, sobre as Ilhas dos Açores e de Cabo Verde encontradas pelo genovês. " (...) Não concordaram com isto os portugueses -- favoráveis, aliás, à demarcação segundo paralelo traçado na altura das Canárias, devendo o norte ficar para a Espanha e o sul para Portugal. Novas negociações resultariam, finalmente, na assinatura do Tratado de Tordesilhas (07 de junho de 1494), ratificado '' por D. João II apenas em fevereiro de 1495. Dois meridianos estabeleciam-se, então, para separar o setor luso do espanhol: um passando 250 léguas a Oeste das Ilhas de Cabo Verde, e outro -- que realmente valeu -- a 370 léguas; a Ocidente estariam as terras espanholas, a Oriente, as portuguesas. Incluía-se assim, entre estas as regiões das especiarias, objetivo primacial de todo o esforço lusitano; e abrangia-se, ainda, parte do Continente descoberto por Cristóvão Colombo, à qual ainda deveria chegar Pedro Álvares Cabral".¹⁰

No ano seguinte ao da conclusão do Tratado, morre D. João, sem ver realizado o seu sonho de expansão marítima no Oriente. A glória deste empreendimento coube ao seu primo, cunhado e sucessor, D. Manuel. Em julho de 1497 sairá'' de Tejo a expedição, sob o comando de Vasco da Gama, "(...) experimentado nas coisas do mar, em que tinha feito muito'' serviço a El-Rei D. João." (11)

Ao fim do mesmo ano, a armada dobrava o Cabo da Boa Esperança; transpunha, em seguida, o Rio do Infante, ponto'' extremo da viagem de Bartolomeu Dias; reconheceu Moçambique, Melinde, Moçamba e em maio chegou a Calecute.

Graças à façanha de Vasco da Gama, Portugal entrou em contacto direto com a região das especiarias, do ouro e das pedras preciosas, conquistando, praticamente, o monopólio desses produtos na Europa e pondo em xeque o comércio'' levantino das Repúblicas Italianas.

É bem verdade que Portugal após o retorno de Vasco da Gama não foi mais o mesmo, uma vez que, nesse momento, passou para o primeiro plano entre os Estados Comerciais da Europa, sendo que Lisboa transformou-se no maior entreposto de mercadorias asiáticas, principalmente especiarias. Desta forma, ao alcançar essa invejável posição no comércio europeu, Portugal não dispôs de uma base econômica capaz de suportar o grande salto quantitativo de suas criatividades comerciais e foi pelo estabelecimento de bases em pontos estratégicos, assinando tratados com chefes tribais ou Estados Asiáticos e Africanos, fundando entrepostos, feitorias e colônias, que Portugal criou um Império Colonial que lhe assegurou o monopólio das especiarias, desviando assim todo o comércio das rotas do Oceano Índico, que antes era feito pelos árabes no sentido do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho, para a sua rota pelo sul da África.

" Os produtos obtidos em Lisboa podiam ser revendidos por toda a Europa a preços muito mais baixos do que os cobrados pelos venezianos e genoveses, que foram assim sendo excluídos dos mercados que antes monopolizavam. Esse comércio precipitou enormes lucros aos comerciantes de Antuérpia e das cidades holandesas, permitindo à Holanda surgir como maior potência comercial do início do século seguinte, quando então arrebatou de Portugal a maior parte de suas possessões no Oriente."⁽¹²⁾

1.2 - O Descobrimento do Brasil

De acordo com pesquisas feitas acerca do descobrimento, afirma-se que exatamente a 09 de março de 1500 partiu com destino ao Oriente uma frota de treze velas cujo aparato superava quaisquer das já saídas do reino. Seu comandante chamava-se Pedro Álvares Cabral e levava consigo Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho, ambos marinheiros com vasta experiência na arte náutica, além de numerosos soldados e frades, estes, foram mandados de Portugal para se dirigirem àqueles lugares.

Ao prosseguir, sempre no rumo do Sudoeste, ervas marinhas foram avistadas, isto significava que havia terra próxima e conseqüentemente existiria um lugar para se aportar e descansar. No outro dia 22, de abril, avistaram-se aves e ao entardecer as terras. " Perfilava-se no horizonte um monte " muito alto e redondo; mais ao sul, uma serra e ainda uma " planície vestida de arvoredos. Por ser a semana da Páscoa, " deu Pedro Álvares ao monte muito alto o nome de Pascoal. E a terra o de Vera Cruz." (13)

É possível notar que na história do Descobrimento do Brasil, a exclusividade de tal feito foi plenamente oferecida aos portugueses, quando na verdade pouco se questiona " acerca da presença de franceses, espanhóis, italianos e até de alemães que possivelmente tenham estado no Brasil antes " de Cabral.

1.3 - Fixação do Domínio Português

Com a ocupação das terras descobertas pelos portu- gueses iniciou-se um processo de exploração econômica e com ele, o surgimento de um novo tipo de economia, até então i- nexistente -- a economia colonial. Durante o século XVI Portugal orientava a maior parte de seus esforços para a explo- ração do comércio asiático, relegando sua possessão america- na, o Brasil, a um papel secundário. Somente após a perda de seu domínio no Oriente foi que os portugueses voltaram-se para a maior colônia que ainda lhes restava.

É importante notar que esse tipo de economia do Bra- sil-Colônia estava bastante amoldado às exigências do Esta- do Europeu; desta forma, todo o mecanismo de funcionamento e/ou organização que a compunha, girava em função do mercado europeu, na realidade tal economia não foi um produto delibe- rado de uma política consciente, mas uma maneira de obtenção de lucro cada vez maior não para o Estado mas para as classe- s dominantes da Europa.

Vale ressaltar que a produção comercial colonial " era feita em grande escala para justamente atender às exigên- cias do fabuloso mercado europeu que cresceu de forma acele-

rada, pelo afluxo das riquezas geradas pelos descobrimentos:

A primeira atividade importante da economia colonial brasileira foi a produção de açúcar, sabendo que o seu cultivo foi um dos que mais exigiu densidade de mão-de-obra, tanto que devido a escassez, os portugueses resolveram voltar-se para a importação. Até o século XVIII os lusos mantiveram o primeiro lugar no tráfico, perdendo depois para os holandeses e ingleses.

A classe dominante na economia colonial do Brasil foi a dos senhores de terra. Uma vez sendo as relações de propriedade em Portugal feudais, as formas utilizadas pela Coroa Portuguesa também foram as mesmas, ou seja, a distribuição de terras obedeceu à sistemática feudal. Segundo afirma Magalhães Filho, as Capitânicas Hereditárias, criadas em 1532, nada mais eram do que feudos adaptados às condições específicas das terras pouco ou nada exploradas. Mas a base do poder da classe dos proprietários de terras foi a concessão de Sesmarias, outorgada pela Coroa ou pelos Donatários das Capitânicas.⁽¹⁴⁾

Quando se fala em época colonial não se pode deixar de mencionar o papel que possuíam as Companhias de Comércio, pois estas foram o principal instrumento utilizado pela burguesia comercial europeia em sua participação na exploração colonial. "Eram companhias particulares, cuja organização e funcionamento dependia de Cartas Régias de autorização e nas quais, muitas vezes, os próprios Estados eram grandes acionistas."⁽¹⁵⁾ Muitos comerciantes, principalmente da Inglaterra e Holanda, utilizaram as companhias para se lançarem em conjunto na atividade náutica uma vez que nenhum tinha condições de entrar individualmente, face aos grandes investimentos e custos que as navegações exigiam.

C A P Í T U L O I I

2 - Reação aos Domínios Ibéricos: Portugueses e Espanhóis no Continente Americano

Desde muito tempo era forte o desejo espanhol de unificar a Península Ibérica sendo importante notar que já no ano de 1385 tal fato não foi possível devido na época ter existido uma aliança da burguesia com a Casa de Avis e ainda pela vitória lusitana na Batalha de Aljubarrota.

2.1 - Crise de Sucessão e União das Coroas Ibéricas

Somente em 1580, devido a uma crise dinástica, Portugal uniu-se a Espanha sob o comando do mesmo rei. Dom Sebastião, rei de Portugal, morreu em 1578 na Batalha de Alcácer-Quibir, África, na qual os mouros derrotaram os portugueses, e não deixando herdeiros diretos, o trono passou para seu tio-avô, o Cardeal Dom Henrique. Este morreu em 1580, deixando novamente vago o trono português.

Vários foram os candidatos que surgiram pretendendo colocar sobre a cabeça a coroa sem dono. Entre os pretendentes, estavam Dom Antônio, prior do Crato e Filipe II, rei da Espanha. Dom Antônio era preferido pelo povo, mas o Cardeal Dom Henrique, em seu leito de morte, não quis designá-lo seu sucessor, deixando o caminho aberto para o rei espanhol.

O povo português ficou revoltado, nada podendo fazer para evitar que Filipe II subornasse as autoridades do Reino, até o momento em que as Cortes de Tomar o aclamaram rei de Portugal, com o nome de Filipe I. Conta-se que, pouco antes da morte do Cardeal Dom Henrique, o povo cantava nas ruas a seguinte quadrinha:

Viva El-Rei Dom Henrique
No Inferno muitos anos

Por deixar em testamento
Portugal aos castelhanos." (16)

Filipe II era neto de Dom Manoel, o Venturoso, pelo lado materno. Pela linhagem paterna, descendia da família Habsburgo, a Casa Real da Áustria. Essa família tinha realizado uma série de casamentos de caráter político, conseguindo, dessa maneira, o domínio de um extenso império. Com Filipe II, as possessões dos Habsburgos se estenderam por quase todo o mundo. Este acontecimento, no qual uniu Espanha e Portugal, ficou registrado na história com o nome de "União das Coroas Ibéricas".

Na verdade a união lusa se deu quando Filipe II, rei da Espanha, ligado à Casa de Avis, aproveitou-se de que não mais havia descendentes diretos na família, incorporou o "Pequeno Portugal" pacificamente; sobrepujou outros concorrentes sem dificuldades, visto que era, na época, o mais poderoso monarca europeu.⁽¹⁷⁾ Esse mesmo período conheceu o fechamento dos portos ibéricos por Filipe II acabando com as possibilidades da Espanha comprar produtos asiáticos em Lisboa. Essa medida, fez com que os holandeses mobilizassem seus recursos para a conquista das fontes de fornecimento, organizando expedições navais que atacaram as possessões portuguesas no Oriente, ocupando a maioria delas e reduzindo o Império Português na Ásia a um pequeno número de feitorias e estabelecimentos.

2.2 - O Domínio Espanhol e as Invasões Holandesas

A dominação espanhola tornou-se fácil em 1580 por vários motivos: Em primeiro lugar, pelo apoio que o clero português ofereceu a Filipe II, a nobreza lusa também o apoiou. " Além disso, a burguesia, (...) foi cooptada com a concessão de prerrogativas econômicas por parte do Estado espanhol, especificamente o "asiento" (direito de exercer o tráfico negreiro nas colônias espanholas).⁽¹⁸⁾

O Império de Filipe II incluía Espanha, Países Baixos (Bélgica e Holanda) e regiões da atual Itália, como Sardenha, Nápoles e Sicília; compreendia ainda as possessões espanholas espalhadas pelas três Américas. A partir de 1580, Portugal e suas possessões também passaram a fazer parte do Império Espanhol.

Segundo afirma Lopez, na concepção daquela época, Felipe II não era visto como um "usurpador estrangeiro" no Trono Luso, pelo contrário, o fato de passar a ser rei de Portugal, sob o nome de Filipe I, por causa dos vínculos de parentesco, se inseria perfeitamente dentro dos conceitos de legitimidade daquela época.

É bem verdade que na época em questão, o Nacionalismo existiu de forma bastante incipiente, principalmente quando da incorporação do Trono Português por Filipe II. Os "fortes" sentimentos nacionalistas, na maioria das vezes ocorriam quando se manifestavam os conflitos de classes e quando a opressão se tornava intolerável; desta forma, tudo nos leva a crer que o Nacionalismo não era uma obrigação ou um dogma a ser seguido e sim uma questão de critérios que pedia se adequar a qualquer fator que se julgasse ameaçador para o povo, o que não ocorreu quando Filipe II incorporou o Reino de Portugal; talvez porque o povo português não se julgasse ameaçado por tal feito não achando conveniente manifestar o pouco sentimento nacionalista vigente.

J. Pandiá Calógeras contrapôs a idéia de Lopez quando afirmou: " Felipe II da Espanha, um dos pretendentes naturais, impôs sua vontade, invadindo o pequeno Reino: pela força, parte pelo suborno, logrando ser aceito como soberano legítimo." (19)

Vale ressaltar que a Holanda, assim como Portugal, tinham intenso relacionamento econômico desde a Idade Média; na Idade Moderna, o comércio dos produtos coloniais portugueses era em grande parte feito pelos holandeses. Eles controlavam o transporte, o refino e a distribuição do açúcar brasileiro na Europa. A conquista do Nordeste brasileiro organizada pela Companhia das Índias Ocidentais (W.I.C) tinha objeti-

vos claramente econômicos."(20) Assim sendo de todas consequências resultantes da dominação de Portugal por sobre a Espanha nenhuma causou tanto ímpeto quanto as Invasões Estrangeiras, estas por sua vez as Holandesas, podem ser consideradas marcas divisórias na História Colonial do Brasil.

" Realmente, com a aclamação de Filipe II como rei de Portugal, passaram a ser inimigos desse país todos o que fossem de Espanha, nada menos que a França, Inglaterra e a própria Holanda, os dois últimos bons e antigos compradores de mercadorias portuguesas de além-mar, inclusive açúcar brasileiro."(21)

Os franceses, primeiros estrangeiros chegados ao Brasil como contrabandistas, frequentavam assiduamente as Costas do Território clandestinamente. Data de 1594 a passagem de Jacques Riffault pelo Nordeste do país, principalmente no Rio Grande.(22)

" Rendoso assalto havia realizado ainda no mesmo ano, no Recife , notável centro de exportação de açúcar e pau-brasil, verdadeiro consórcio de corsários ingleses e franceses de Lancarster, Wenner e Noyer. Tão grande foi o saque obtido; que para transportá-lo tiveram de fretar navios holandeses que no porto ainda encontraram. Continuamente hostilizados pelos moradores de Olinda, depois de uma derrota parcial no Istmo que separa as duas povoações, retiraram-se os assaltantes."(23)

Já os ataques ingleses limitaram-se a saques contra alguns pontos do litoral (Bahia, Santos, SãoVicente, Olinda e Recife). De todas as invasões, as que mais causaram danos ao Território Brasileiro foram as holandesas as quais ocuparam por muitos anos extensas regiões do Brasil e por a mesma nada fizeram.

C A P Í T U L O I I I

3 - Os Holandeses no Nordeste

O interesse dos mercadores dos Países Baixos pelo Brasil foi um fato que antecedeu de muito os ataques empreendidos pela Companhia das Índias Ocidentais, em 1624, contra a Bahia e, em 1630, contra Pernambuco. Esses ataques são explicados pelo simples fato da Holanda depender em sua maioria do suprimento regular do açúcar brasileiro.

Portugal e Países Baixos, antes da união daquele à Coroa Espanhola, mantinham largo comércio, segundo atesta Sérgio B. de Holanda, no qual os navios neerlandeses traziam para os portos portugueses não só mercadorias do norte da Europa -- trigo, metais e outras mercadorias diversas -- como produtos da própria indústria, sobretudo peixe, manteiga e queijo; de torna-viagem carregavam o sal grosso de Setúbal, vinhos, especiarias e drogas do Oriente e da África, açúcar e madeiras do Brasil.

Por mais de uma vez (1585, 1596, 1599) navios neerlandeses sofreram, por ordem dos Filipes, embargos mais ou menos prolongados em portos de Portugal, ocasionando interrupções temporárias do comércio e consequente escassez dos gêneros que ali iam buscar, sobretudo do sal. Tal fato forçou os holandeses a procurar o abastecimento de sal nas Ilhas do Cabo Verde, com o que iniciaram a sua navegação rumo às Colônias Ultramarinas Ibéricas.

Entretanto, tornara-se de tal modo indispensável para a economia portuguesa a navegação dos holandeses, que os reis da Espanha cederam aos protestos dos mercadores e a ameaça de fome que se esboçava no país, com o suprimento insuficiente de cereais. Depois de outras vicissitudes, com a assinatura da Trégua dos Doze anos (1609-21) entre a Espanha e os Países Baixos, o comércio luso-holandês reiniciou-se sem impecilhos, e foi durante esse período que se intensificou o interesse da Holanda pelos gêneros levados do Brasil.

Quando, ao expirar a Trégua, reiniciou-se a guerra com a Espanha e com isso, veio ameaça de abastecimento de a

çúcar, os comerciantes holandeses nele empenhados, aconselharam a tomada do Brasil. No mesmo ano de 1621, fundou-se na Holanda a Companhia das Índias Ocidentais, à qual os Estados Gerais concederam o monopólio por 24 anos do comércio, navegação e conquista das terras da América e parte das da África. Para a Companhia nada seria mais proveitoso do que a conquista do Reino do Brasil.

Pode-se concluir, portanto, que a decisão do ataque ao Brasil não foi uma aventura de corsários, nem uma iniciativa de Cristãos-Novos e judeus, mas uma ação planejada na linha de interesses dos Países Baixos.

Fei movido com o interesse do açúcar brasileiro que a Holanda empreendeu o ataque ao Brasil começando pela Bahia.

3.1 - Os Holandeses na Bahia

A notícia de que a Companhia das Índias Ocidentais preparava na Holanda uma poderosa esquadra para atacar a Bahia chegou muito antes de se concretizar a invasão.

Diogo de Mendonça Furtado, o governador-geral na época, tomou as providências necessárias afim de conter os invasores, mas como estes estavam se demorando; os preparativos para recebê-los foram relaxados. Mas finalmente em 1624 os invasores chegaram encontrando a população despreparada, a resistência revelou-se inútil, os holandeses muito bem equipados conquistaram Salvador.

Diogo de M. Furtado foi preso e embarcado para a Holanda e os que se seguiram procuraram adotar a técnica de guerrilha na qual consistia em atacar o inimigo por meio de emboscadas. Este tipo de técnica conseguiu obter ótimos resultados e a medida que passava os holandeses ficavam em situações desesperadoras obrigando-os a ficar confinados em Salvador, onde só conseguiam ser abastecidos por

mar.

Uma poderosa esquadra ibérica conjunta, a maior que até então cruzara o Equador, libertou a Bahia em abril de 1625, esta por sua vez foi comandada por Dom Fradique de Toledo, que trazia mais ou menos treze mil homens a bordo. Várias foram as condições de rendição impostas pela colônia nas quais os ocupantes de Salvador tiveram que aceitar. Assim sendo desistiram da conquista e renderam-se.

Essa derrota e outras mais sofridas na África e nas Antilhas por esquadras holandesas, expedidas pela Companhia das Índias Ocidentais, foram sobejamente compensadas com os lucros da incursão de Piet Heyn à Bahia em 1627, e ainda com os do apresamento de grande números de navios portugueses ou a serviço de portugueses, ao regressarem do Brasil ou das Índias Orientais com valiosas cargas.

3.2 - Os Holandeses em Pernambuco

Foi assim possível dispor, em 1630, um segundo ataque ao Brasil, desta vez contra Pernambuco, que era Capitania de Donatário e mal aparelhada na sua defesa, mas a principal e mais rica região produtora de açúcar no mundo de então. Existiam aí e nas Capitanias vizinhas, mais de 120 engenhos, que, nas melhores safras, davam mais de mil toneladas do produto. Embora fossem enormes as perdas com a captura dos navios de transporte, ainda assim o açúcar que chegava ao destino era suficiente para fazer prósperos os senhores dos engenhos. A descrição do luxo dos grandes proprietários territoriais de Pernambuco constitui assunto já muito vulgarizado através dos relatos de testemunhos contemporâneos, como o padre Fernão Cardim, Frei Manuel Calado do Salvador e Adriano Verdonck.

Pernambuco era bem conhecido dos holandeses, pois muitos ali negociavam ou residiam, e alguns aparecem citados nominalmente em documentos da época. Nem todos eram comerciantes; havia também técnicos, como o já citado Verdonck,

que era mineiro, e Pieter Van Buerem, engenheiro.

A conquista dos aglomerados urbanos de Olinda e do Recife fêz-se com facilidade, mas a ocupação da zona rural, onde se estendiam os latifundiários canavieiros e residiam os grandes proprietários, ofereceu extrema dificuldade para os invasores. Exatamente o oposto do que viria ocorrer na campanha da restauração de Pernambuco, em 1645, quando o interior foi rapidamente reconquistado pelos luso-brasileiros, mas as cidades resistiram por muitos anos (9 anos). Sérgio B. de Holanda, ao fazer essa observação, salienta o fato como demonstração do caráter nitidamente rural da colonização portuguesa, em oposição ao cunho urbano da civilização holandesa.

Sabe-se que navios holandeses visitavam pacificamente portos pernambucanos prontos sempre, porém, para se transformar em piratas. Tanto foi que a conquista de Olinda e do Recife pode ser consumada em poucos dias na qual a força atacante era bastante forte e militarmente superior. Os habitantes preferiram se retirar; mesmo os que mais tinham a perder com o saque da cidade, parecendo que os pernambucanos sentiram logo o caráter de "permanência" com que os flamengos puseram pé em terra.

Os holandeses viviam em uma faixa de terra que na da produzia e tudo quanto podiam apresar por mar e terra enviavam para a Holanda como o fizeram com os sinos da Igreja de Olinda e Recife. " Os sinos olindenses bem podiam levá-los os holandeses para transformá-los em canhões; o que não ousavam fazer era afastar o pé da faixa de terra desde Olinda -- pelo Istmo -- até o Recife e da Ilha de Santo Antônio, a apanhar laranjas, limões, cajus. Viam bem próximas as árveres, mas escondidas nas suas espessuras estavam os guerrilheiros da terra."⁽²⁴⁾ A situação alimentar agrava-va-se. Os holandeses enfrentavam os piores problemas em Recife como a fome, a escassez de madeira para cozinhar.

"Houve momentos dramáticos em que muitas pessoas; no Recife e em Maurícia, morreram de pura inanição. O escorbuto nos 3 primeiros anos de conquista, chegaram a índices alarmantes.

As instruções com que partiram os chefes da frota que se destinava a conquistar Pernambuco, determinavam que, tomada a "Cidade" -- assim era chamada Olinda nos documentos holandeses dos primeiros anos -- fortificassem os seus pontos mais altos."⁽²⁵⁾

Projetos tão vastos, porém, falharam devido principalmente a um fato: o pequeno poder defensivo da cidade de Olinda.

Desde os primeiros momentos viram os holandeses a impossibilidade de fortificar os morros da cidade. Além disso viam-se circunscritos a um pequeno trecho do litoral, sem qualquer acesso ao interior, esperando a qualquer momento um ataque decidido dos da terra ou a chegada de uma frota restauradora.

Os holandeses foram unânimes em reconhecer a grande dificuldade de manter, sem perigo para a segurança da conquista recente, a cidade de Olinda. Solicitaram imediatamente permissão para destruí-la e concentrarem-se no Recife e na Ilha de Antônio Vaz.⁽²⁶⁾

Não havia garantia suficiente para os invasores em Olinda; morros dominando-se mutuamente, espaços livres, casas dispersas, distâncias grandes a circunvalar e fortificar. Desta forma vendo a impossibilidade de domínio efetivo em Olinda, Waerdenburch (governador holandês) não teve dúvidas quando do desembarque dos soldados de Oquendo (frota de defesa de Olinda) em 24 de novembro de 1631, evacuou a cidade de Olinda e em seguida incendiou-a.

" Olinda transformou-se em um símbolo para os moradores da terra; símbolo da resistência aos invasores. Apesar de, mais tarde, ter se transformado o Recife no centro comercial e a Ilha de Antônio Vaz no local de residência dos burgueses ricos e do Conde de Nassau. Os pernambucanos sentiam o desejo de fazer ressurgir a sua velha capital, reedificá-la e restituir-lhe o antigo esplendor. Verdade seja dita que não o conseguiram, mas tentaram com muito vigor. Mais tarde foram impedidos de reconstruir em Olinda por um edital do Conde.⁽²⁷⁾

O governo holandês em Recife não se descuidava das obras de interesse público. Assim é que, já em 1635,

projetava-se a construção de um mercado. Outro serviço público importante foi o que criou o serviço de extinção de incêndios no Recife. " Vê-se, também, que nesta ocasião o Recife já devia contar com um número relativamente grande de construções, pois a cidade foi dividida, para o referido fim, em dois distritos: o do Norte e o do Sul.

Em 1636, resolveram os senhores do Conselho Político construir a Casa da Câmara, que surgiu sobranceira entre os demais edifícios do Recife nas gravuras do tempo. " Aí queriam trabalhar calmamente os chefes holandeses, afastados do ruído e da movimentação de todo o mundo." (28)

Pode-se afirmar que o açúcar e não a esperança de descobrimento de minas, como afirmam muitos, foi o principal motivo do ataque a Pernambuco.

Willen Usselinx, brabantino exilado na Zeelândia, procurou provar que a verdadeira vantagem no ataque ao Brasil consistia não na busca e exploração de minas de ouro e prata, mas no cultivo de seus produtos agrícolas, o principal dos quais o açúcar. E lembrava que para dominar os centros produtores (no caso o Nordeste), deveriam ser fundadas colônias ali. (29)

Gilberto Freire mostrou como os portugueses no Brasil abandonaram sua política de criação de entrepostos comerciais, que usaram na Índia; para apossar-se do solo e cultivá-lo. " Os portugueses encontraram aqui uma cultura primitiva -- ameríndia e tiveram que organizar, eles próprios, a base econômica da colônia.

Os holandeses, pelo contrário, encontraram o Brasil já organizado economicamente, com o seu sistema de produção -- a monocultura latifundiária -- e o seu sistema de trabalho -- a escravidão; e o Nordeste com a sua organização econômica baseada no açúcar e no negro, funcionando plenamente". (FREYRE, Gilberto. Apud) (30)

Muitos dos conquistadores flamengos tentaram ingressar na vida rural, mas logo reconheceram a impossibilidade de se manter assim pois não possuíam o devido conheci

mento especializado da lavoura e do fabrico do açúcar. Ti-
veram que receber ajuda e a experiência dos da terra e dos
portugueses para por em prática esses tipos de atividades'
uma vez que a administração dos engenhos estavam indo de '
mal a pior. Deste modo, a lavoura canavieira foi voltando'
às mãos do velhos senhores de engenho, feitores, dos admi-
nistradores brasileiros ou luses. Esta forma de apropria-'
ção da lavoura e do açúcar por parte de portugueses foi ''
tão intensa que chegou ao ponto de um Conselheiro de Justi-
ça holandês escrever em 1643 aos seus chefes, o seguinte:"
Nós governamos a terra e os moradores governam os nossos''
haveres." (31)

O Brasil para o holandês significava uma fonte de
privilégios e prazeres. Eram grandes os elogios que os mes-
mos faziam ao país, principalmente acerca do clima, das a-
nimais como no caso o cavalo, no qual, Maurício de Nassau'
os adorava.

Grandes elogios mereceram também as frutas confei-
tadas e os doces de Pernambuco.

Durante a dominação holandesa houve um verdadeiro
comércio entre o Brasil e a Holanda, de doces pernambuca-'
nos.

Um outro grande produto que mereceu destaque na e-
conomia nordestina foi o pau-brasil, só que o existente em
Pernambuco mereceu uma preferência especial estando cotado
sobre todos o que procediam das demais Capitâneas. O "PER-
NAMBUCSHOUT"(o pau-brasil oriundo de Pernambuco)destacava
se dos outros paus nordestinos devido ao seu alto grau de '
corante. Mais tarde veio ordens do Conselho dos XIX para '
que se não fizesse distinção entre o "Pernambucshout" e os
demais. Que um valia tanto quanto o outro. Evidentemente a '
Companhia foi muito prejudicada com a distinção que se fa-
zia, cotando-se por menor preço o que não procedia daquela
Capitania.

Decidiu, porém, o Alto Conselho do Recife, que a '
madeira do RN passasse a ser levada para Pernambuco, em-'
barcando no Recife para a Holanda no qual através do embar-
que passaria a se chamar pau de Pernambuco. (32)

O governo de Nassau procurou incentivar também o'

cultivo do índigo como também o do cultivo da farinha e hortaliças que sem dúvida foi uma das primeiras tentativas brasileiras para combater os efeitos da monocultura latifundiária e o Conde, um dos primeiros a ligar a deficiência alimentar dos brasileiros ao sistema de produção. (33)

Pelo que nos consta a insegurança na vida rural era tamanha. As autoridades distritais holandesas abusavam dos moradores, extorquindo-os de todos os modos. Os tapuias, decididos aliados flamengos, não deixaram descansar os habitantes do Rio Grande, Ceará e Paraíba.

No que tange a atitude dos holandeses para com os negros e a escravidão torna-se correto afirmar que ao chegarem a Pernambuco, à princípio, já encontraram os holandeses um tráfego intenso de navios negreiros entre essa Capitania e a África.

Nos primeiros anos do século XVII WILLENUSSELINX, um dos mais decididos e pertinazes propagandistas da expansão neerlandesa pelo mundo, mostrava-se contrário ao trabalho escravo afirmando ter sido um grande engano supor que os espanhóis com os seus escravos obtivessem maiores lucros nos seus negócios do que os holandeses, pois um trabalho constrangido (referindo-se ao trabalho escravo) em pouco resultava.

Ainda em 1630 a atitude de certos holandeses letrados, no caso os do Conselho Político de Pernambuco, ainda era de reprovação do comércio de escravos e de repugnância em relação a imundície dos navios negreiros.

Muitos historiadores são unânimes em afirmar que por onde se foi estendendo a cultura da cana-de-açúcar seguiu-se também o tráfico de escravos. Segundo Gilberto Freire em certas áreas da América em que predominou o açúcar, a cultura da cana não teria sido possível sem o esforço escravo negro. Esta questão é facilmente compreendida quando analisamos a frase do Padre Antônio Vieira principalmente se relacionado a Pernambuco: "Sem negros não há Pernambuco", isto é, sem negros não haveria açúcar. (31)

Em 1612 ocuparam os holandeses um trecho da Guiné e em Moure levantaram o Forte Nassau. O grande comércio de escravos realizados na África por portugueses e espanhóis,

há de ter certamente facilitado aos flamengos a aceitação da escravatura, tendo eles se tornado, com o correr do tempo, um dos maiores participantes neste tráfico tão rendoso.

Foi também comum nos navios holandeses o mau alojamento e a falta de espaço suficiente para abrigar os negros. Muitos navios com os nomes mais ingênuos possíveis como "A Donzela de ENKHUYSEN," "A Esperança Branca foram verdadeiros túmulos de pobres negros que ao desembarcarem em Recife causavam horror a fila de pretos que se dirigiam a caminho dos armazéns.

Em geral a população pernambucana levantou-se firmemente contra os invasores; durante 5 anos lutou para deter os flamengos, superiormente armados e adestrados.

Fala-se que a fidelidade dos moradores era tão grande, que eles preferiam morrer ao pé das árvores do que abandonar os lugares onde viviam.

De modo unânime, os documentos, tanto os de origem portuguesa quanto os de holandesa, mostram que nunca chegou a haver harmonia entre os brasileiros e os flamengos. Estes parecem que nunca tiveram momentos de descanso: permaneceram sempre de sobreaviso, olhando desconfiados os movimentos dos da terra."⁽³⁵⁾

Segundo os mesmos documentos, é possível afirmar que Nassau sempre procurou atrair e tratar atenciosamente os portugueses da classe média, os lavradores, os feitores, os purgadores de açúcar e artífices, uma vez que sem os mesmos o Brasil de nada valeria. "Para as plantações são indispensáveis os portugueses, especialmente o povo miúdo. E quanto à classe superior: Os portugueses, poderosos e principais, deveremos em tempo oportuno e com razão expulsá-los do país."⁽³⁶⁾

A população interiorana também enfrentava situações péssimas principalmente os plantadores de roças e lavradores. Estavam sujeitos a vexames e explorações dos escultetos, dos saques dos bandos de soldados, dos roubos e dos ataques dos próprios patrícios, dos campanhistas vindos da Bahia.

Desta forma a situação dos negócios no Recife segundo o relatório de Nassau, mostrou-se precária: "Os comerciantes na metrópole, frustrados nos esperados lucros, começam a se retirar dos negócios; seus correspondentes são dispensados das comissões. O crédito está extinto em toda

parte e ninguém empresta dinheiro a juros; as letras são a todo momento protestadas e uma falência é causa de outras'' falências. VV.Exas. não devem esperar senão uma ruína geral."(37)

Esta foi a situação que viveu os holandeses em 1644, segundo a descrição de Nassau e de vários documentos '' que as confirmam. A companhia havia falhado, vítima da sua própria forma de organização e que não pode culpar ninguém' pelo seu erro e sim arcar com a difícil situação de sentir-se culpada. Na verdade, a exploração pura e simples das terras e da gente, a venalidade dos seus prepostos e a inércia dos seus dirigentes levaram-na ao fim.

3.3 - A Expulsão dos Holandeses de Pernambuco

Desta forma a luta pela expulsão dos holandeses de Pernambuco teve início em 1645, um ano depois da partida de Nassau para a Holanda. O chefe da insurreição foi João Fernandes Vieira, um dos mais ricos habitantes da região. A '' seu lado combateram André Vidalde Negreiros, Henrique '' Dias, Martin Soares Moreno e Antônio Filipe Camarão. Eram '' portugueses e brasileiros, brancos, negros e índios os componentes das forças que lutaram para libertar a Região Nordeste dos invasores holandeses.

O primeiro combate de importância ocorreu no Monte das Tabocas, sendo os holandeses derrotados. Os pernambucanos venceram também em Serinhaém, Nazaré e Porto Calvo.

No dia 19 de abril de 1648, as tropas libertadoras venceram a primeira Batalha dos Montes Guararapes. Os holandeses ficaram cercados em Recife, sendo abastecidos por navios que vinham da Holanda,

Em 1649, ocorreu a segunda Batalha dos Montes Guararapes, os holandeses tentaram romper o bloqueio de Recife, mas foram novamente derrotados. As lutas prosseguiram durante quase 5 anos, ficando cada vez mais difícil a situação'' dos holandeses, que foram obrigados a se renderem.

Em 1654 o comandante holandês Sigismundo Von Schkopp assinou a rendição, no local chamado Campina da Taborda. Terminava a ocupação holandesa de Pernambuco e da maior parte do Nordeste brasileiro, que se estendera por vinte e quatro longos '' anos.⁽³⁸⁾

" De acordo com as disposições da rendição final, '' os vencedores comprometeram-se a respeitar as propriedades '' dos vencidos; concediam-lhes o prazo de três meses para que '' ultimassem seus negócios no Brasil; teriam transporte para a Europa; entregariam todas as outras praças ainda em seu poder, com a respectiva artilharia e munições de guerra.⁽³⁹⁾

C A P Í T U L O I V

4 - Os Holandeses no Rio Grande

Depois de uma investida frustrada à Bahia, o governo flamengo velejou para o norte com o objetivo de conquistar novas terras e delas obter o maior lucro possível.

4.1 - Os Holandeses e os 1^{os} contatos com as terras do RN

Em junho de 1625 uma esquadra holandesa, composta de 34 navios, pode ancorar na Baía da Traição tendo no comando o Almirante Hendriczoon; entretanto, tal viagem foi apenas de verificação e reconhecimento da terra não almejando a conquista e nem a posse. Ainda no mesmo ano foi feita uma nova viagem, na qual, também não objetivava a conquista mas a busca de alguns limões para os doentes de escorbuto o que nos permite verificar aqui um caráter meramente explorativo das terras norte-rio grandenses, ainda que incipiente.

Como se não bastasse em maio de 1630 os holandeses representados na figura de Adriano Verdonck vieram de Cuanhá a Natal anotando tudo aquilo que via. "(...) No Forte, contou os canhões, criticou a falta de vigilância que o favorecia e regressou ao Recife onde apresentou relatório do Conselho Político..."(40)

Em outubro de 1631 apresentou-se aos chefes holandeses do Recife um indígena por nome de Marciliano, dizendo-se ser enviado pelos soberanos dos Janduí, este, propôs uma aliança com os holandeses na qual resultou numa grande investida em dezembro do mesmo ano, ao Rio Grande. O comando da expedição foi dado ao Almirante Lichthardt que trouxe consigo presenças ilustres e ainda uma frota de 14 navios. Largaram do Recife a 21 de dezembro e no dia do Natal chegaram ao Rio Grande desembarcando em Genipabu. Ao

chegarem, passaram logo em seguida a saquear as fazendas, que eram raras, e a abater o gado existente. Iniciava-se uma fase negra na história da Capitania ou ainda na cidade que um dia se chamou de Nova Amsterdã.

A expedição definitiva de conquista aconteceu em dezembro de 1633 cujo Superintendente chamava-se Matias Van Ceulen. "(...) Na militarista os maiores nomes estavam reunidos, Almirante Lichthardt, o Tenente Coronel Baltazar Bijma, 808 soldados em 8 companhias e um abastecimento para nove semanas além de doze navios..."⁴¹

Desembarcando em Ponta Negra no dia 08 de dezembro o Almirante rumou com sua esquadra para o Porengi sendo logo em seguida recebido a tiros de canhões. A Fortaleza abriu fogo ao elemento batavo sendo imediatamente respondida. Todo o dia 09 foi marcado pelo duelo das artilharias. O elemento estrangeiro resolveu montar morteiros lança-granadas. Em seguida ergueram trincheiras para fazer com que a Fortaleza apressasse a sua rendição. Os dias que se seguiram foram de intensas lutas, porém ao amanhecer do dia 12 surgiu nos muros da Fortaleza uma bandeira branca que foi logo em seguida retirada. A Fortaleza rendia-se, mas, Pero Mendes de Gouveia (Capitão-Mor) parecia não querer o mesmo; este, não ousou assinar ~~um~~ ~~um~~ documento de rendição mas logo em seguida a Fortaleza foi entregue com toda sua artilharia e munições, bandeiras e bagagens. Os soldados abandonaram a Fortaleza com suas armas, " Os holandeses garantiram a saída do Capitão-Mor, contudo que lhe pertencesse, incluindo criados, pratas, armas e dinheiro..."⁽⁴²⁾

Depois de passadas as lutas os holandeses fizeram cuidar do Capitão-Mor através de um cirurgião por nome de Mister Nicolas como também foram a Genipabu arrebanhar o gado e cumprir a primeira missão cruel no engenho do Ferreiro Torto.

4.2 - A Organização Política da Capitania do RN

No dia 20 de dezembro mudaram o nome da Fortaleza, esta, passou a se chamar de Castelo Ceulen e não Santos Reis.

Assim ao se apoderarem da Capitania do Rio Grande o governo era simples havendo o Capitão -Mor, primeira autoridade militar, comandante da guarnição e da Fortaleza dos Reis Magos. O Capitão-Mor ganhava cem mil réis por ano e possuía jurisdição civil para doar datas de terras. "(...) Em 1611 havia governança legal, uma administração municipalista, com juiz, um vereador e escrivão da Câmara, Procurador do Conselho e Procurador dos índios, eleitos pela relação da Bahia e posteriormente eleitos pelos homens bons da terra. O Provedor da Real Fazenda tinha escrivão e mais um almoxarife. O vigário ganhava o duplo do Capitão-Mor. "(...) Com esses elementos se governava a gente do Rio Grande."(43)

Em janeiro de 1637 foi criada nova forma de administrativa que durou todo o domínio batavo. Foram criadas assim a Câmara dos Escabinos presidida pelo esculteto que era uma espécie de chefe da administração civil, com direito de promotor de justiça. Os escabinos assim como os escultetos eram, por sua vez, holandeses importantes e não sabiam uma só palavra em português. Era um cargo de extrema importância pois possuíam autoridade executiva municipal. "Correspondia a um Prefeito Municipal, Chefe de Polícia e Inspetor Fiscal. Tinha direito de requisitar soldados. Fácil é compreender a vastidão desses direitos que o arbítrio tornava infinitos(...)"(44)

Havia também os WAISENMEISTERS, encarregados de defender as propriedades e direitos dos órgãos e frequentemente a circunscrição da Capitania podia ser visitada por um Conselheiro que providenciava os negócios locais.

4.3 - As Consequências do Domínio e a Expulsão dos Holandeses do RN

Aos 21 anos que se seguiram de domínio holandês foi possí

vel constatar que o Rio Grande sofreu perdas terríveis ao contrário do que se processou em Pernambuco. Muito antes de se tornar Capitania propriamente dita esta já se submetia aos caprichos holandeses da exploração; ora a exploração foi fato claro desde os primeiros contatos com as terras do Rio Grande, principalmente naquele ano de 1625, data do reconhecimento da terra, quando aqui os holandeses a portaram na intenção de apanhar alguns limões e minorar o escorbuto, doença responsável por altos índices de mortes no Recife. É importante notar que o Rio Grande esteve longe de oferecer compensações imediatas ao estrangeiro, mas, isto, não anulava todas as perspectivas de vir a ser conquistado pois apesar de uma parte do Nordeste já se encontrar em domínio batavo uma outra parte estava para ser conquistada. Eis a grande vantagem do Rio Grande para o elemento estrangeiro: A localização geográfica. A Capitania foi o ponto estratégico para a conquista do restante do Nordeste. (45)

A história do Domínio Holandês no Rio Grande do Norte remete mágoas, egoísmos e mortes. Os holandeses nada fizeram de bom pela Capitania. Na verdade, as grandes obras foram concretizadas em Pernambuco. Obras de drenagens, jardinagens e tantas outras que conseguiram imprimir aquela Capitania um caráter mais colonizador e empreendedor do que propriamente explorador.

De todas as Capitânicas do período holandês a que mais perdeu e a que menos teve foi o Rio Grande.

Os massacres ocorridos nas diversas localidades da Capitania foram um outro fator que reforça o descaso pelo qual passou o Rio Grande no período de domínio. Este assunto é na verdade um dos mais frisados pelos autores nordestinos, principalmente por ter sido uma das maiores consequências do domínio holandês na Capitania, mas, no entanto, dificilmente atentam para o fato de que na época do domínio, o Rio Grande nada tinha a oferecer de imediato a não ser a perfeita localização geográfica (como já foi citada). É bem verdade que o desinteresse com que trataram os holandeses a Capitania, se refletiu também a população existente; pois se o que buscavam eram o lucro e a Capitania não tinha como oferecê-los, além de que os holandeses teriam

ainda que aturar o descaso da população para não se ' deixarem dominar, foi mais "conveniente" usar a força' com essa gente do que tratá-la amigavelmente.

Fato diferente ocorreu em Pernambuco pois por mais que a população lutasse para não ser vencida os ' holandeses teriam que os dominar com a maior discreção possível. Valia fazer o sacrifício de ser "bom" para ' obter a confiança dos pernambucanos e com isso o real' domínio de uma das mais importantes Capitânicas produto ras de açúcar. Em Pernambuco valia deixar a população' viva mas no Rio Grande não interessava que a população vivesse ou fosse morta e nem manter a massa indígena a liada, exceto a tribo dos Janduís ambos "apaixonados" pelos neerlandeses e seus presentes. Na verdade, os ho landeses procuraram estabelecer uma forma disfarçada' para o domínio no intuito de pôder subjugar a popula- ção a sua maneira; nada melhor do que presentear a Ca- pitania com grandes obras.

Talvez por possuir um forte comércio no qual' permitiu relações sociais mais dinâmicas, holandeses e pernambucanos não basearam suas vidas exclusivamente' na submissão e servidão.

Em 1645 os Janduís orientados por Jacó Rabi'' um judeu alemão extremamente nocivo, trucidaram os '' portugueses reunidos num domingo dentro da Capela de'' Cunhaú além de um padre e um grande número de fiéis.

Os massacres ocorridos em Cunhaú e Ferreiro'' Torto incluíam requintes de perversidades nunca visto' antes na história. Os Janduís juntamente com Jacó Rabi praticaram inúmeras vezes a escalpação que por sua vez consistia na retirada do coração do indivíduo pelas '' costas, estando este ainda vivo. Prosseguiram assim em qualquer lugar onde chegassem; roubando, saqueando e ' matando sendo que em Pernambuco não ousaram fazer essas atrocidades uma vez que não era vantajoso e nem tão pou co lucrativo massacrar e exterminar a população.

" De 1645 a 1654 o holandês se manteve utilizad zando o processo do pavor. A região de gado era assola da pelo neerlandês e pelo brasileiro, ambos necessita- dos do alimento. (...) Quando o holandês teve ciência'' que seus chefes haviam capitulado na Campina da Tabor-'

da em janeiro de 1654 embarcou e fugiu. Antes abateu o que pode. Nem a igrejinha escapou. Nem o arquivo público. Todos os papéis, datas, chãos, sesmarias, atas, informações, foram queimados. Queimaram julgando fazer desaparecer o passado, sujo de sangue e úmido de lágrimas.

Quando a tropa portuguesa chegou a Natal em fevereiro de 1654, terminavam os vinte anos e dois meses de domínio holandês.

Nova Amsterdã voltou a ser a Cidade do Natal e o Castelo de Ceulen, Forte dos Santos Reis. Até hoje."⁽⁴⁶⁾

C O N C L U S Ã O

Do aqui exposto é correto afirmar que o Domínio'' Holandês no Nordeste do Brasil, ocasionado pelo forte interesse holandês de comercializar o açúcar dessa região,''' trouxe profundas consequências para as diversas Capitânicas da época (1624-1654) principalmente para Pernambuco e Rio Grande. Desta forma, analisando os aspectos positivos e negativos entre ambas, chegamos a conclusão de que a primeira foi uma Capitania de colonização, em virtude de que, nessa, a produção econômica açucareira já se encontrava devidamente organizada quando o elemento batavo se apoderou da mesma, tratando-a de um modo mais humano. A segunda, foi na verdade, uma Capitania de exploração pois não tendo como "agradar" de imediato o holandês, não conseguiu reagir ao domínio e deixou-se explorar. Sua formação econômica baseada no pastoreio não ofereceu condições para que a sociedade pudesse se impor e lutar pelos seus direitos, o direito de não deixar se dominar. Na verdade não temos motivos para nos alegrarmos do tempo dos flamengos, temos na verdade, é que refletir acerca dos mesmos e procurar cada vez mais contribuir para a Historiografia Regional com novas pesquisas. Este é o verdadeiro trabalho do historiador.

*Trabalho excelente mas
Conclusões muito
curtas.*

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1)- MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. História Econômica, p. 173
- (2) HOLANDA, Sérgio B. de. História da Civilização Brasileira, p. 25
- (3) Id. Ibid. p. 27
- (4) Id. Ibid. p. 27
- (5) Id. Ibid. p. 31
- (6) FENELON, D^EA. 50 Textos de História do Brasil, p. 18
- (7) HOLANDA, Sérgio B. de. Op. cit., p. 32
- (8) Id. Ibid. Op. cit., p. 33
- (9) CALÓGERAS, J. Pandiá. Formação Histórica do Brasil, p. 6
- (10) HOLANDA, Sérgio B. de. Op. cit., p. 34
- (11) Id. Ibid. Op. Cit., p. 33
- (12) MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. Op. cit., p. 180
- (13) HOLANDA, Sérgio B. de. Op. cit., p. 36
- (14) MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. Op. cit., p. 201
- (15) Id. Ibid. p. 203
- (16) FERREIRA, Olavo Leonel. História do Brasil, p. 63

- (17) LOPEZ, Luíz Roberto. História do Brasil Colonial, ''
p. 63
- (18) Id. Ibid. Op. cit., p. 51
- (19) CALÓGERAS, J. Pandiá. Op. cit., p. 14
- (20) FERREIRA, Olavo Leonel. Op. cit., p. 65
- (21) VIANNA, Hélio. História do Brasil, p. 132
- (22) Id. Ibid. p. 133
- (23) Id. Ibid. p. 134
- (24) MELLO, Antônio G. de. Tempo dos Flamengos, p. 41
- (25) Id. Ibid. p. 42
- (26) Id. Ibid. p. 46
- (27) Id. Ibid. p. 47
- (28) Id. Ibid. p. 56
- (29) Id. Ibid. p. 132
- (30) Id. Ibid. p. 132
- (31) Id. Ibid. p. 148
- (32) Id. Ibid. p. 150
- (33) Id. Ibid. p. 175
- (34) Id. Ibid. p. 233
- (35) Id, Ibid. p. 38
- (36) Id, Ibid. p. 238

- (37) FERREIRA, Olavo Leonel. Op. cit., p. 70
- (38) VIANNA, Hélio. Op. cit., p. 169
- (39) CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal, p. 39
- (40) Id. Ibid. p. 42
- (41) Id. Ibid. p. 44
- (42) CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte, p. 87
- (43) Id, Ibid. p. 87
- (44) MEDEIROS, Tarcísio de. Aspectos Geopolíticos e Antropológicos do Rio Grande do Norte, p. 39
- (45) CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit., p. 49
- (46) Id. Ibid. Op. cit., p. 50

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial, 4ed; Rio de Janeiro, 1954
2. ACCIOLI, Roberto B. e Taunay, Alfredo D'E. História Geral da Civilização Brasileira, Das Origens à Atualidade. Edições Blochh, 1973. Rio de Janeiro-RJ.
3. ANDRADE, Manuel Correa. A Terra e o Homem no Nordeste, 4ª ed. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas. 1980. cap.3, p. 58 a 67: Os Holandeses e a Escravidão.
4. CALÓGERAS, J. Pandiá. Formação História do Brasil, Coleção Brasiliense; vol.XLII; cap. II, 1935; p. 6 a 14.
5. CASCUDO, Luís da Câmara. Os Holandeses no Rio G. do Norte, 1948; p. 87.
6. _____. História do Rio Grande do Norte, Achiamé: Fundação José Augusto. cap.,III, 2ª edição. 1984. Rio de Janeiro, p. 57 a 90.
7. CASCUDO. Geografia do Brasil Holandês, Col. Docs. Brasileiros. Rio de Janeiro, 1956.
8. _____. História da Cidade do Natal, 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal:UERN, 1980, vol. 145.
9. DANTAS, Manuel. O Rio Grande do Norte, série C, Coleção Mossoroense. vol. CDLX, 1980.
10. FENELON, Déa. 50 Textos de História do Brasil, São Paulo, 1980, p. 18.

11. FERREIRA, Olavo Leonel. História do Brasil, Ed. Ati-
ca; 4ª edição, São Paulo, p. 63 a 70; 1981.
12. FREYRE, Gilberto. Nordeste, Rio de Janeiro, 1937:As-
pectos da Influência da Cana- de- açúcar.
13. GUERRA, Flávio. História de Pernambuco, 3ª edição. 19-
84, Raiz LTDA; Recife- PE.
14. HOLANDA, Sérgio Buarque. História da Civilização Bra-
sileira. In: __ I A Época Colonial. Do Descobrimen-
to a Expansão Territorial. 7ª edição., São Paulo, '
DIFEL; 1985.
15. LYRA, Augusto Tavares de. Domínio Holandês no Brasil,
Tip. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1915.
16. _____. História do Rio G. do Norte, 2ª edição. Brasília-
lia, 1982. p., 48 a 95.
17. LOPEZ, Luís Roberto. História do Brasil Colonial, 3ªe-
dição. Porto Alegre, Mercado Aberto, série: Revisão
4, cap. VI, 1984, p. 51 a 56.
18. MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. História Econômi-
ca, Sugestões Literárias, 8ª edição; cap., I a VIII,
1982.
19. MAIOR, A. Souto. História do Brasil, vol. II, Rio de
Janeiro, 1965.
20. MEDEIROS, Tarcísio. Aspectos Geopolíticos e Antropoló-
gicos do RN. Imprensa Universitária. Natal; fev., '
1973.
21. MEDEIROS, Olavo de. A Capitania do Rio Grande sob o Do-
mínio Holandês, Natal, 1980.
22. _____, Os Holandeses e a Serra de João do Vale, Co-

leção mossoroense, série "B"; nº 479, 1987.

23. MELO, José Antônio Gonsalves de. Tempo do Flamengo, Coleção Pernambucana. Recife; 1978, p. 41 a 238.
24. MELO, Paulo Herôncio de. Os Holandeses no Rio Grande, Clima, Fundação José Augusto. 1980, Natal-RN.
25. POMBO, Rocha. História do Rio Grande do Norte, Editora Nnuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1922.
26. _____. História do Brasil, vol.II, Rio de Janeiro; 1905.
27. ROSADO, Vungt-Un e ROSADO, América. Os Holandeses nas Salinas do Rio Mossoró. Coleção mossoroense, vol. CCXXXIII, 1987.
28. SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e Evolução Urbana, 2ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p., 271 a 274.
29. VIANNA, Hélio. História do Brasil, In: Os Holandeses no Brasil. 8ª ed. Melhoramentos, 1970

